

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

CONTADOR

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **1 hora e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
Boa prova!

Língua Portuguesa

Texto 1 – A locomotiva desacelera

Desde a virada do século, a China cumpre o papel de locomotiva da economia mundial. Agora, porém, a locomotiva desacelera, talvez bruscamente, encerrando um longo ciclo que se caracterizou pelo *boom* das *commodities* e, ainda, por uma expansão acelerada das chamadas “economias emergentes”. Descortina-se uma nova paisagem econômica e geopolítica.

Sob o impacto da desaceleração chinesa, os “emergentes” enfrentam baixas taxas de crescimento ou, como nos casos extremos da Rússia e do Brasil, profundas recessões. Ao mesmo tempo, os fluxos de investimentos estrangeiros mudam de direção, trocando os “emergentes” pelos Estados Unidos. No longo “ciclo das *commodities*”, desenvolveu-se a tese de que os Brics constituiriam um polo econômico e político capaz de contrabalançar o poder dos Estados Unidos. Tal tese é uma vítima ilustre da transição global que está em curso. (*Mundo*, outubro de 2015)

1

O título dado ao texto 1 exemplifica linguagem figurada; nesse título ocorre:

- (A) uma comparação, a partir de uma semelhança, entre a China e uma locomotiva;
- (B) uma substituição eufemística da palavra “China” pela palavra “locomotiva”;
- (C) um evidente exagero ao mostrar a velocidade da economia chinesa em comparação com a das modernas locomotivas;
- (D) uma maneira atenuada de referir-se à decadência da economia chinesa com o verbo “desacelerar”;
- (E) uma substituição da palavra “maquinista” pela palavra “locomotiva”.

2

O segmento do texto 1 que NÃO dá continuidade à linguagem figurada do título é:

- (A) “Agora, porém, a locomotiva desacelera”;
- (B) “Descortina-se uma nova paisagem econômica e geopolítica”;
- (C) “os ‘emergentes’ enfrentam baixas taxas de crescimento”;
- (D) “Sob o impacto da desaceleração chinesa”;
- (E) “Tal tese é uma vítima ilustre da desaceleração global”.

3

Há uma série de adjetivos em língua portuguesa, chamados adjetivos de relação, que se caracterizam, entre outras marcas, por não poderem receber variação de grau. O adjetivo abaixo que está nesse caso é:

- (A) economia mundial;
- (B) longo ciclo;
- (C) expansão acelerada;
- (D) nova paisagem;
- (E) baixas taxas.

4

A expressão “Desde a virada do século” (texto 1) significa:

- (A) desde o momento em que a economia mudou de direção;
- (B) a partir do surgimento do século XXI;
- (C) assim que houve uma reviravolta na política mundial;
- (D) logo que se iniciou uma nova ordem mundial;
- (E) quando o século virou em direção à China, como potência econômica.

5

Ao dizer que “a China cumpre o papel de locomotiva da economia mundial”, o autor do texto 1 considera que a China:

- (A) lidera a economia dos países emergentes;
- (B) impulsiona a economia mundial para a industrialização;
- (C) acelerou brutalmente o progresso econômico do mundo;
- (D) motiva outros países para o progresso econômico;
- (E) conduz o mundo para o aumento do comércio internacional.

6

Ao dizer que “a locomotiva desacelera, talvez bruscamente”, o autor do texto 1 faz referência à:

- (A) interrupção dos investimentos nos países emergentes;
- (B) redução inesperada da presença chinesa na economia;
- (C) desaceleração da economia mundial, em geral;
- (D) perda de rapidez nos investimentos chineses;
- (E) decadência econômica da China.

7

As palavras *boom* e *commodities* são grafadas em itálico por que representam:

- (A) palavras desconhecidas do grande público;
- (B) vocábulos criados pelo autor do texto;
- (C) termos localizados na área da economia;
- (D) estrangeirismos, ou seja, palavras de outro idioma;
- (E) significados importantes para a compreensão do texto.

8

Nas frases “Descortina-se uma nova paisagem” e “desenvolveu-se a tese de que os Brics constituiriam um polo econômico”, ocorre a presença do vocábulo SE. Sobre esse vocábulo nas duas frases, é correto afirmar que as duas frases mostram:

- (A) casos de sujeito indeterminado;
- (B) casos de pronomes reflexivos;
- (C) casos de pronomes recíprocos;
- (D) funções diferentes;
- (E) casos de voz passiva.

9

A substituição proposta, nas frases abaixo, que altera o significado original da frase é:

- (A) “talvez bruscamente” / bruscamente talvez;
- (B) “um longo ciclo” / um ciclo longo;
- (C) “nova paisagem” / paisagem nova;
- (D) “paisagem econômica e geopolítica” / paisagem geopolítica e econômica”;
- (E) “baixas taxas de crescimento” / taxas baixas de crescimento.

10

O termo “economias emergentes” (texto 1) aparece entre aspas porque:

- (A) destaca um elemento informativo importante do texto;
- (B) reproduz uma expressão fartamente conhecida;
- (C) mostra um termo de difícil compreensão;
- (D) denuncia a presença de linguagem figurada;
- (E) indica a origem estrangeira da expressão.

11

“Sob o impacto da desaceleração chinesa, os ‘emergentes’ enfrentam baixas taxas de crescimento”; no caso desse segmento do texto 1, a relação lógica entre as frases é de:

- (A) afirmação / explicação;
- (B) fato / justificativa;
- (C) causa / consequência;
- (D) informação / justificativa;
- (E) ação / finalidade.

12

Ao dizer que os casos da Rússia e do Brasil são “extremos”, o autor do texto 1 quer dizer que:

- (A) exemplificam casos mais graves;
- (B) mostram uma oposição radical em termos políticos;
- (C) indicam uma localização geográfica oposta;
- (D) demonstram uma oposição radical entre eles;
- (E) exibem exemplos mais claros de progresso X retrocesso.

13

“No longo ‘ciclo das *commodities*’, desenvolveu-se a tese de que os Brics constituiriam um polo econômico e político capaz de contrabalançar o poder dos Estados Unidos”.

Esse segmento do texto 1 mostra:

- (A) um ideal a ser alcançado;
- (B) um fato atualmente confirmado;
- (C) um projeto a ser lançado;
- (D) a expectativa frustrada de um grupo;
- (E) a desorganização dos países emergentes.

14

O texto 1 pode ser classificado como:

- (A) informativo;
- (B) publicitário;
- (C) didático;
- (D) instrucional;
- (E) normativo.

15

São vocábulos do texto 1 que exemplificam o processo de formação de palavras denominado derivação sufixal:

- (A) desacelerar / economia;
- (B) mundial / emergente;
- (C) investimento / ilustre;
- (D) vítima / transição;
- (E) paisagem / econômica.

16

“Tal tese é uma vítima ilustre da transição global que está em curso”; a opção adequada em relação aos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) “tal tese” se refere à “transição global que está em curso”;
- (B) o relativo “que” se refere à “tese”;
- (C) estar “em curso” significa que demora a passar;
- (D) “transição global” indica uma transição climática;
- (E) “vítima ilustre” se refere a uma realidade bem conhecida.

17

“Ao mesmo tempo, os fluxos de investimentos estrangeiros mudam de direção, trocando os ‘emergentes’ pelos Estados Unidos”. A forma de gerúndio “trocando” equivale a:

- (A) a fim de trocarem;
- (B) embora troquem;
- (C) pois trocam;
- (D) se trocassem;
- (E) quando trocam.

18

Um pequeno comentário do mesmo jornal de onde foi retirado o texto 1 diz o seguinte: “Contradições dos Brics desmentem expectativas de que eles constituiriam um bloco geopolítico capaz de atuar como contrapeso à hegemonia americana”.

Esse comentário:

- (A) vai de encontro ao conteúdo do texto 1;
- (B) confirma e amplia as informações do texto 1;
- (C) desmente as informações do texto 1;
- (D) retifica dados contidos no texto 1;
- (E) explica algo pouco claro no texto 1.

19

O comentário do jornal é feito como:

- (A) certeza;
- (B) previsão;
- (C) possibilidade;
- (D) dúvida;
- (E) ironia.

20

O texto 1 e o comentário do jornal se localizam no terreno do:

- (A) econômico e político;
- (B) político e social;
- (C) social e religioso;
- (D) religioso e moral;
- (E) moral e econômico.

Matemática Financeira**21**

Uma instituição financeira oferece resgate do valor equivalente às reservas de um plano de benefícios perpétuos em uma única vez. O acordo dará quitação geral e definitiva dos benefícios, com a consequente extinção dos contratos.

Para um cliente que recebe R\$ 3.000,00 mensais, foi oferecido o valor do pagamento de R\$ 60.000,00. Desconsidere impostos e taxas.

A taxa mensal de juros compostos praticada pela instituição nesse tipo de operação foi:

- (A) 5,0%;
- (B) 5,5%;
- (C) 7,1%;
- (D) 8,0%;
- (E) 10,2%.

22

Uma aplicação de R\$ 10.000,00, após dois meses, resultou em um montante de R\$ 14.210,00. Considerando a incidência de imposto sobre o rendimento de 30% e a taxa mensal de inflação de 10%, a taxa de juros real durante o período de aplicação foi:

- (A) 7,0%;
- (B) 7,5%;
- (C) 8,0%;
- (D) 8,5%;
- (E) 9,0%.

23

Um título de valor de face de R\$ 15.000,00, com vencimento para 90 dias, foi descontado – desconto simples por fora ou desconto comercial – à taxa de desconto de 60% ao ano.

O valor do desconto, em reais, foi:

- (A) 1.500;
- (B) 1.750;
- (C) 2.000;
- (D) 2.250;
- (E) 2.500.

24

Considere a amortização de uma dívida pelo Sistema francês de amortização - tabela Price em três pagamentos, vencendo a primeira prestação um período após a liberação dos recursos, sendo que as duas primeiras parcelas de amortização são R\$ 5.000,00 e R\$ 5.500,00, respectivamente.

O valor de cada prestação, em reais, é:

- (A) 5.250;
- (B) 5.500;
- (C) 5.516;
- (D) 6.050;
- (E) 6.655.

25

Um empréstimo por dois meses utilizando o regime de juros compostos de 10% ao mês equivale a um empréstimo utilizando o regime de juros simples, pelo mesmo período, de:

- (A) 9,0% ao mês;
- (B) 9,5% ao mês;
- (C) 10,0% ao mês;
- (D) 10,5% ao mês;
- (E) 11,0% ao mês.

26

Um indivíduo precisa pagar três parcelas para quitar a compra de um terreno. São cobrados juros compostos de 30% ao semestre. As parcelas são de R\$ 120.000,00; R\$ 180.000,00 e R\$ 338.000,00 e vencem em seis meses, um ano e dois anos, respectivamente.

Esses três pagamentos podem ser substituídos por um único pagamento, daqui a um ano, no valor, em reais, de:

- (A) 458.461,54;
- (B) 518.461,54;
- (C) 536.000,00;
- (D) 596.000,00;
- (E) 638.000,00.

27

Um capital está aplicado à taxa nominal de 20% ao ano com capitalização trimestral. A taxa efetiva semestral dessa aplicação é:

- (A) 10,00%;
- (B) 10,25%;
- (C) 11,43%;
- (D) 13,78%;
- (E) 15,82%.

28

Um indivíduo pretende comprar um imóvel financiado em 60 meses utilizando o Sistema de Amortização Constante - SAC. Ele procurou uma instituição financeira que opera com vencimento da primeira prestação um mês após a liberação dos recursos, taxa de juros de 5% ao mês, e foi informado que, pela análise dos comprovantes de rendimentos, o limite máximo da prestação teria que ser de R\$ 5.000,00.

O valor máximo que ele pode financiar, em reais, é:

- (A) 75.000;
- (B) 100.000;
- (C) 185.000;
- (D) 225.000;
- (E) 300.000.

29

Os juros sobre uma dívida são cobrados utilizando a convenção linear. A dívida será paga após um ano e meio, e a taxa de juros compostos anunciada pela instituição financeira é de 20% ao ano.

A porcentagem de juros cobrados em relação ao principal é:

- (A) 20%;
- (B) 21%;
- (C) 30%;
- (D) 31%;
- (E) 32%.

30

Foi realizado um investimento com um principal de R\$ 10.000,00, gerando um montante de R\$ 14.400,00, em dois anos. Considerando o regime de juros compostos, esse investimento rendeu no ano a taxa de:

- (A) 19,5%;
- (B) 20,0%;
- (C) 21,5%;
- (D) 22,0%;
- (E) 22,5%.

Noções de Informática

31

Tanto no MS Excel como no LibreOffice Calc é possível, numa fórmula, fazer referências a células localizadas em outras planilhas.

Analise a tabela abaixo, que apresenta cinco duplas de fórmulas que deveriam ter o mesmo efeito em cada aplicativo.

	MS Excel	LibreOffice Calc
I	"Plan1" & "A10"	"Plan1" & "A10"
II	=Plan3:A10	=Plan3->A10
III	=X!A10 + 200	=X.A10 + 200
IV	=Plan3->A10	"Plan1" & "A10"
V	=Plan3:A10	=Plan3:A10

A linha que contém uma dupla de fórmulas equivalentes, cada uma válida no seu respectivo aplicativo, é:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) IV;
- (E) V.

32

No MS Word, a utilização da função representada pelo ícone



provoca:

- (A) a remoção da cor de fundo de um trecho de texto;
- (B) a aplicação imediata do "estilo normal" a um trecho de texto;
- (C) a aplicação da formatação de um trecho de texto a outro trecho;
- (D) a remoção de toda e qualquer formatação num trecho de texto;
- (E) uma ação semelhante à de uma borracha que apaga textos e desenhos.

33

Analise as duas imagens de uma tabela, criadas no MS Word 2010, mostradas a seguir.

	A	B	C	D
1	10	10		32
2	12			40
3	12	32	11	9

	A	B	C	D
1	10	10		32
2	12			40
3	12	32	11	9

Pode-se concluir corretamente que, entre a primeira e a segunda imagem, foi efetuada uma operação de:

- (A) personalização das bordas das células;
- (B) exclusão vertical de células;
- (C) exclusão horizontal de células;
- (D) remoção de linhas e colunas internas;
- (E) mesclagem de células.

34

Carlos preparou uma planilha no MS Excel 2010 para controlar os pagamentos de seus clientes, como na figura a seguir.

	A	B	C	D
1	Valor a ser pago	Vencimento	Data pagto	Status
2	R\$ 10.000,00	05/12/2015	03/12/2015	Em dia
3	R\$ 12.000,00	05/12/2015	07/12/2015	Atrasado
4	R\$ 457,00	05/12/2015	05/12/2015	Em dia
5	R\$ 1.342,00	15/11/2015	30/11/2015	Atrasado

A coluna D indica, de acordo com as datas de vencimento e de pagamento, se o cliente pagou em dia ou atrasado. Sabendo-se que a célula D2 foi copiada para as demais da coluna, sua fórmula deve ser:

- (A) =SE((DIAS(C2)-DIAS(B2))>0;"Atrasado";"Em dia")
- (B) =SE((C2-B2)>0;"Atrasado";"Em dia")
- (C) =SE(DIATRABALHOTOTAL(B2;C2);"Atrasado";"Em dia")
- (D) =SE((NUM.DIAS(C2)-NUM.DIAS(B2))>0;"Atrasado";"Em dia")
- (E) QUANDO (DIAS(C2)-DIAS(B2)) > 0 ENTÃO ="Atrasado"; SENÃO "Em dia"

35

Analise a imagem de um trecho de uma planilha MS Excel 2010, com a exibição dos valores e as fórmulas já digitados em cada célula.

	A	B	C	D
1	1	2	=A\$1+B2	=C1
2	3	2	=A\$1+B3	=C2+D1
3	0	0	0	0
4	0	0	0	0
5	0	0	0	0

Considere que a seguinte sequência de operações tenha sido efetuada:

- I. selecionar região A2 até D2;
- II. copiar;
- III. selecionar região A3 até D4;
- IV. colar (simples).

Após essas operações, o conteúdo da região A3 até D4 é:

(A)

3	2	1	9
3	2	1	10

(B)

3	2	3	8
3	2	3	9

(C)

3	2	3	10
3	2	1	13

(D)

3	2	3	9
3	2	1	10

(E)

3	2	3	3
3	2	3	6

36

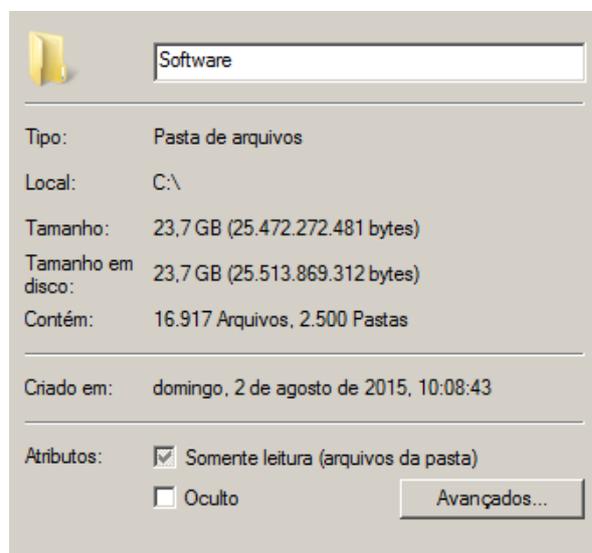
Analise a expressão a seguir:

$$\frac{A + 0,10 \times B + (C + 10) \times 1,1}{(D + 1) \times 10}$$

Supondo-se que os valores de A, B, C e D estejam localizados, respectivamente, nas células A1, B1, C1 e D1 de uma planilha LibreOffice Calc 4.2, a fórmula que traduz corretamente essa expressão é:

- (A) = (A1+0,1*B1+(C1+10)*1,1)/(D1+1)*10
- (B) =A1+(0,1*B1+(C1+10)*1,1)/(D1+1)*10
- (C) = (A1+0,1)*B1+(C1+10)*1,1/((D1+1)*10)
- (D) = (A1+0,1*B1+(C1+10)*1,1)/(D1+1)/10
- (E) = (A1+0,1*B1+(C1+10)*1,1)/(D1+1*10)

37



O quadro acima contém um trecho de uma tela do Windows 7 que mostra, para uma pasta qualquer, dados quantitativos sobre o seu conteúdo. Uma das sequências de comandos para abrir essa tela é:

- (A) clicar o botão "Iniciar" do Windows, escolher "Todos os programas" e, no grupo "Acessórios", escolher "Prompt de Comando";
- (B) no Windows Explorer, clicar o botão direito sobre a pasta e escolher "Propriedades";
- (C) no Painel de Controle escolher a opção "Estatísticas";
- (D) clicar o botão direito na Barra de Tarefas (usualmente na parte inferior do desktop) e escolher "Iniciar Gerenciador de Tarefas";
- (E) clicar no botão "Iniciar" do Windows (no canto inferior esquerdo) e, no texto de busca, digitar o nome da pasta.

38

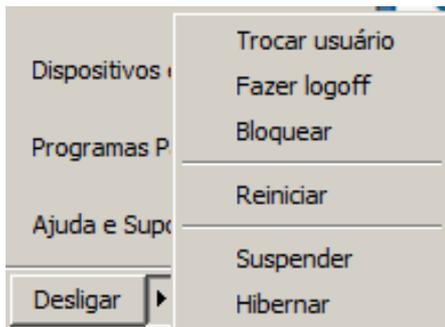
No Brasil, vários órgãos governamentais e privados requerem o uso de certificados digitais para aceitar transações efetuadas por via computacional não presencial. Para esses agentes, o objetivo principal dessa exigência é:

- (A) garantir que quem está do outro lado da conexão seja realmente quem diz ser;
- (B) coletar dados de forma rápida, evitando-se recadastramentos desnecessários;
- (C) garantir que a versão dos sistemas, em ambos os lados da conexão, sejam compatíveis entre si;
- (D) possibilitar a troca de dados sigilosos cuja privacidade fique garantida por meio da criptografia;
- (E) obter a garantia de que os protocolos https serão utilizados na comunicação.

39

Diana está na empresa trabalhando em seu computador com vários documentos reservados e resolve fazer uma pausa para o café. Ela vai se ausentar por menos de cinco minutos, mas quer garantir que, nesse período, nenhum de seus colegas do Setor de Contabilidade use o computador. Assim como eles, Diana não tem senha de administrador na sua máquina. Além disso, ela quer retomar seu trabalho imediatamente ao retornar.

Para tanto, as opções disponíveis para Diana estão apresentadas na imagem a seguir.



A opção indicada para Diana é:

- (A) Bloquear;
- (B) Fazer logoff;
- (C) Hibernar;
- (D) Suspender;
- (E) Trocar usuário.

40

Quando se fala de conexões com a Internet, o termo “banda larga” designa:

- (A) dispositivos utilizados na conexão, tais como aparelho celular, computador ou tablet;
- (B) qualidade da conexão, medida pelo percentual de tempo que a conexão fica inativa;
- (C) tipos de conexão física, tais como rede cabeada, wi-fi ou fibra ótica;
- (D) quantidade de bits que podem trafegar pela conexão numa determinada unidade de tempo;
- (E) conexão de dados apenas, não incluindo voz.

Conhecimentos Específicos**41**

Em 31/12/x1, o patrimônio líquido da Cia. Alfa apresentava a seguinte composição, em reais:

Capital subscrito	700.000
Capital a integralizar	(200.000)
Reservas de capital	40.000
Reserva legal	100.000
Reserva estatutária	10.000
Total do patrimônio líquido	650.000

Durante o exercício de x2, os subscritores do capital social da companhia integralizaram 50.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. Por cada uma dessas ações, eles contribuíram com R\$ 1,60 à companhia, em caixa. O lucro líquido apurado pela companhia em 31/12/x2 foi de R\$ 220.000, e não houve constituição de reserva para contingências nem de reserva de lucros a realizar nesse exercício. Como o estatuto da companhia é omissivo quanto aos dividendos obrigatórios, o máximo que poderá ser distribuído a seus acionistas a título de dividendo obrigatório relativo ao exercício de x2 será o montante de:

- (A) R\$ 52.250;
- (B) R\$ 55.000;
- (C) R\$ 104.500;
- (D) R\$ 105.000;
- (E) R\$ 110.000.

42

A Cia. Comercial Beta tem uma participação de 80% no capital social da Industrial Gama S.A., que é composto exclusivamente por ações ordinárias. Durante x1, a Industrial Gama S.A. produziu 250.000 unidades do Produto X, a um custo unitário de R\$ 1,70, tendo vendido, ao todo, 200.000 unidades do produto durante o período. Dessas 200.000 unidades, 100.000 foram adquiridas pela Cia. Comercial Beta, a um preço de R\$ 2,00 cada, que revendeu 60.000 unidades a terceiros independentes do grupo econômico ao qual a Cia. Comercial Beta pertence, por R\$ 2,50 cada. Essas transações não são tributadas, a Industrial Gama S.A. é fornecedora exclusiva dos Produtos X à Cia. Comercial Beta, e no início de x1 nenhuma das companhias possuía estoques desse produto. Desse modo, a menos que seu valor realizável líquido seja menor, no balanço patrimonial consolidado da Cia. Comercial Beta, em 31/12/x1, o estoque de Produtos X estará registrado pelo custo de:

- (A) R\$ 68.000;
- (B) R\$ 80.000;
- (C) R\$ 153.000;
- (D) R\$ 165.000;
- (E) R\$ 180.000.

43

Em 22/07/x0, a Mineradora Delta S.A. recebeu 10 navios cargueiros que havia encomendado junto ao Estaleiro Épsilon S.A.. A vida útil desses navios é estimada em 20 anos, exceto a dos motores e a das hélices, cujos custos são significativos em relação ao total dos navios e têm vidas úteis estimadas em 10 anos. A recomendação do Estaleiro Épsilon S.A. é de que a cada três anos os navios passem por uma inspeção completa, a fim de identificar possíveis falhas em suas peças, para que possam operar com segurança ao longo de toda sua vida útil. A frota teve um custo de R\$ 230 milhões de reais, e foi financiada pela Mineradora Delta S.A. através de um empréstimo tomado junto ao Banco Digama S.A., nesse mesmo valor, com uma taxa de juros de 10% a.a., a ser quitado em 20 parcelas semestrais. Ao aplicar a essa frota os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Mineradora Delta S.A. deve:

- (A) reconhecer os juros do empréstimo junto ao Banco Digama S.A. no custo dos navios;
- (B) desconsiderar quaisquer valores residuais que os navios possam ter ao final de suas vidas úteis;
- (C) depreciar os navios pelo método da linha reta;
- (D) depreciar os motores e as hélices dos navios separadamente;
- (E) reconhecer os valores gastos com as inspeções dos navios no resultado do período em que forem efetuadas.

44

Em 02/01/x1, a divisão de pesquisa da Indústria Farmacêutica Zeta S.A. deu início a um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento para atender um segmento de mercado considerado importante pela direção da companhia. Na execução desse projeto foram incorridos os seguintes gastos:

Data	Gasto	Montante
31/03/x1	Desenvolvimento da fórmula	R\$ 1.000.000
30/06/x1	Testes	R\$ 500.000
31/10/x1	Patente	R\$ 150.000
30/11/x1	Adequação do processo produtivo	R\$ 200.000
31/12/x1	Propaganda	R\$ 300.000
Total		R\$ 2.150.000

Findos os testes do medicamento, a direção da companhia concluiu que sua produção era tecnicamente viável, e que os recursos demandados para tanto eram compatíveis com as possibilidades de investimento da companhia e com o retorno comercial esperado do medicamento. Após adequar seu processo produtivo para que pudesse produzir o medicamento da forma pretendida, a Indústria Farmacêutica Zeta S.A. lançou uma campanha de marketing para divulgar o novo medicamento junto aos consumidores. Do total de gastos incorridos nesse projeto, será incluído no custo do ativo intangível gerado internamente o montante de:

- (A) R\$ 150.000;
- (B) R\$ 350.000;
- (C) R\$ 650.000;
- (D) R\$ 1.500.000;
- (E) R\$ 2.150.000.

45

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) deve levar em conta o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, e seus dados, em sua grande maioria, são obtidos principalmente a partir da Demonstração do Resultado (DRE). Contudo, para se apurar o valor adicionado líquido produzido pela entidade, é preciso adotar alguns tratamentos contábeis distintos daqueles aplicados à apuração do resultado, dentre os quais se destaca:

- (A) a inclusão dos gastos com pessoal próprio no custo das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados;
- (B) a exclusão, do montante dos juros sobre recursos obtidos junto a terceiros incorridos no período, da parcela que tenha sido capitalizada;
- (C) a consideração da construção de ativos para uso próprio como receita;
- (D) a exclusão dos tributos incidentes sobre as receitas de venda de mercadorias, produtos e serviços;
- (E) a exclusão dos valores de depreciação, amortização e exaustão reconhecidos no período.

46

Os fluxos de caixa da Eta S.A. durante o exercício de x1 foram os seguintes, em milhares de reais:

Dividendos pagos	(3.000)
Emissão de ações	32.000
Fornecedores de matérias-primas	(78.300)
Juros pagos	(3.800)
Benefícios a empregados	(18.000)
Aquisição de imobilizado	(50.000)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(13.600)
Juros recebidos	4.500
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	118.000
Dividendos recebidos	5.000
Imposto de renda e contribuição social	(3.700)
Alienação de participações societárias	12.800

De acordo como o CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa, o menor valor pelo qual o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento da Eta S.A. poderá ser apresentado é de:

- (A) R\$ 11.600.000;
- (B) R\$ 14.600.000;
- (C) R\$ 15.400.000;
- (D) R\$ 18.400.000;
- (E) R\$ 20.400.000.

47

Em 02/01/x1, a Atacadista Iota S.A. adquiriu 100.000 unidades do Protetor Solar Y, por um custo unitário de R\$ 10,00. Em 09/01/x1, a companhia adquiriu mais 30.000 unidades, por um custo unitário de R\$ 11,30. Em 15/01/x1, a companhia vendeu 40.000 unidades desse produto, por um preço de R\$ 16,00 cada. Em 23/01/x1, foram adquiridas mais 20.000 unidades, por um custo unitário de R\$ 9,75. Em 30/01/x1, a companhia vendeu 60.000 unidades, por R\$ 15,50 cada. Como a companhia não possuía estoques iniciais desse produto, a diferença entre os valores pelos quais o custo dos Protetores Solares Y vendidos durante janeiro de x1 poderá ser apresentado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, será de:

- (A) R\$ 10.000;
- (B) R\$ 10.600;
- (C) R\$ 13.000;
- (D) R\$ 24.000;
- (E) R\$ 34.000.

48

As concepções doutrinárias das finanças públicas afirmam que as atribuições do Estado são geradoras de crescentes despesas e exigem um montante cada vez maior de recursos para o seu financiamento.

A análise dessa afirmação no contexto dos princípios de contabilidade aplicada ao setor público faz referência ao princípio da:

- (A) competência;
- (B) continuidade;
- (C) entidade;
- (D) oportunidade;
- (E) prudência.

Quadro I

Dados originados do Departamento de Contabilidade de uma entidade da administração pública.

Descrição	Valor
Consignações a pagar	2.460
Cauções em garantia de contratos	3.800
Retenção de obrigações de terceiros a recolher	6.250
Desvalorização e perdas com ativos	7.250
VPD pagas antecipadamente	12.650
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	13.950
Provisões de longo prazo	14.100
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar	18.700
Intangível (Patentes)	32.480
Créditos de curto prazo	34.960
Investimentos (Participações societárias)	56.300
Exploração e venda de bens e serviços	183.700
Empréstimos e financiamentos	278.320
Veículos (Em arrendamento mercantil financeiro)	341.200

49

Com base no Quadro I, a partir das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para reconhecimento dos elementos patrimoniais, o montante dos itens que podem ser reconhecidos totaliza:

- (A) 447.370;
- (B) 460.020;
- (C) 477.590;
- (D) 756.090;
- (E) 801.220.

50

Considerando exclusivamente a identificação dos elementos patrimoniais apresentados no Quadro I, a situação líquida do ente representa:

- (A) 139.860;
- (B) 146.710;
- (C) 153.960;
- (D) 303.810;
- (E) 316.460.

51

Uma das mudanças introduzidas nos procedimentos contábeis das entidades públicas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) refere-se ao reconhecimento por competência de fatos que alteram a situação patrimonial da entidade. Para isso, o plano de contas dispõe as contas em classes cujas regras de lançamento devem garantir a integridade dos fatos registrados.

Dessa forma, o reconhecimento patrimonial de um VPD antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária enseja o seguinte lançamento:

- (A) D – Classe 1
C – Classe 4
- (B) D – Classe 2
C – Classe 3
- (C) D – Classe 3
C – Classe 1
- (D) D – Classe 3
C – Classe 2
- (E) D – Classe 4
C – Classe 2

52

Em uma entidade pública, dois contadores estavam discutindo o conceito de valor justo, considerado por eles o critério mais adequado para avaliação e mensuração dos itens patrimoniais para as entidades públicas, por ser recomendado pelas normas internacionais. No entanto, o MCASP orienta que o valor justo deve ser utilizado como critério de mensuração para:

- (A) ativos intangíveis;
- (B) bens de distribuição gratuita;
- (C) estoques de animais;
- (D) investimentos e participações em empresas;
- (E) resíduos e refugos.

53

Uma das alterações propostas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) refere-se ao tratamento dos bens de uso comum do povo. A partir das orientações do MCASP relativas ao tratamento dos bens de uso comum do povo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os bens de uso comum do povo podem ser ativos de infraestrutura ou bens do patrimônio cultural.
- II. No reconhecimento inicial dos ativos de infraestrutura, deve-se priorizar o uso do custo de reposição depreciado.
- III. Por suas peculiaridades, o reconhecimento e a mensuração dos ativos de infraestrutura seguem bases diferentes das utilizadas para os demais ativos imobilizados.
- IV. Os ativos de infraestrutura cujos componentes tenham itens com custo significativo em relação ao total devem ser depreciados separadamente.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) I, II e IV;
- (D) II e III;
- (E) III e IV.

Quadro II

Informações originadas de um órgão da administração pública em um determinado exercício.

Item	Veículos	Computadores	Softwares	Móveis
Data de aquisição	01/03/x4	01/06/x4	01/07/x4	01/04/x4
Custo de aquisição	48.000	10.000	16.000	54.000
Valor residual	10%	5%	0	5%
Data de recebimento	30/04/x4	20/06/x4	20/07/x4	25/04/x4
Data de início do uso	01/05/x4	01/07/x4	01/08/x4	01/05/x4
Vida útil esperada (anos)	5	3	5	10

54

A partir das informações do Quadro II e das orientações expressas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- (A) a cota mensal de depreciação dos veículos é de 800,00;
- (B) as datas de início do reconhecimento da depreciação dos computadores e softwares devem ser coincidentes, por funcionarem conjuntamente;
- (C) a depreciação acumulada de móveis ao final de x4 é de 3.600,00;
- (D) o valor amortizável dos softwares coincide com o seu valor de aquisição;
- (E) todos os ativos apresentados devem ser depreciados pelo mesmo método.

55

O valor total da alocação sistemática da redução do potencial de geração de benefícios dos ativos apresentados no Quadro II, ao final de x4, representa:

- (A) 10.763,33;
- (B) 11.666,67;
- (C) 12.096,67;
- (D) 13.000,00;
- (E) 13.774,72.

56

Balanço Patrimonial Consolidado da Prefeitura Municipal de Laços, referente ao exercício de 2014.

Balanço Patrimonial Consolidado - Exercício: 2014

Valores expressos em milhares de reais

Ativo circulante	879.290
Caixa e equivalentes de caixa	506.620
Clientes	590
Créditos Tributários a Receber	91.400
Créditos de Transferências a Receber	192.300
Estoques	88.300
VPD Pagas Antecipadamente	80
Ativo não circulante	783.410
Ativo Realizável a Longo Prazo	612.150
Investimentos	-
Imobilizado	169.510
Intangível	1.750
Total do ativo	1.662.700
Passivo circulante	477.510
Obrig Trab, Prev e Ass a Pagar	55.100
Fornecedores e Contas a Pagar	146.850
Provisões de Curto Prazo	33.610
Demais Obrigações a Curto Prazo	241.950
Passivo não circulante	667.700
Obrig Trab, Prev e Ass a Pagar - LP	210.050
Empréstimos e Financiamentos - LP	32.150
Obrigações Fiscais - LP	101.200
Provisões de Longo Prazo	169.800
Demais Obrigações - LP	154.500
Patrimônio líquido	517.490
Patrimônio Social e Capital Social	259.000
Reservas	258.490
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.662.700

Considerando exclusivamente os dados apresentados no Balanço Patrimonial, é correto afirmar que:

- (A) a entidade adotou a prática de reconhecimento de receitas por competência;
- (B) a entidade municipal ainda não adotou a prática de reconhecimento da depreciação dos ativos;
- (C) as obrigações da entidade municipal representam 40,2% dos ativos;
- (D) o índice de liquidez geral da entidade municipal é 1,84;
- (E) o superávit financeiro apurado é de 401.780,00, recurso para abertura de créditos adicionais.

57

A movimentação do estoque de kit de curativos em uma unidade de saúde durante o mês de julho de um determinado exercício está resumida no quadro a seguir. Considere-se ainda que, no início do mês, a unidade de saúde possuía um estoque de 70 kits de curativos, no valor total de 560,00.

Aquisições			Requisições	
Data	Quantidade	Valor Unitário	Data	Quantidade
02/jul	200	9,00	09/jul	160
12/jul	250	8,40	18/jul	200
27/jul	180	9,20	29/jul	190

De acordo com as orientações do MCASP para avaliação e controle de estoques, o custo médio das requisições de kit de curativos no mês de julho foi de:

- (A) 8,60;
- (B) 8,70;
- (C) 8,82;
- (D) 8,87;
- (E) 9,00.

Texto I

Para muitos municípios brasileiros, que possuem reduzida capacidade de arrecadação própria, a principal fonte de receita são as transferências constitucionais, entre as quais se destaca o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O FPM é composto por percentuais relativos à arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI).

58

Segundo o texto I, o percentual aplicado ao montante da arrecadação do IR e IPI para composição do FPM, de acordo com as disposições da Constituição Federal, é:

- (A) 21,5%;
- (B) 22,5%;
- (C) 23,5%;
- (D) 24,5%;
- (E) 49%.

59

No que tange aos critérios de repartição e transferência dos valores do Fundo tratado no texto I, analise as afirmativas a seguir:

I. O valor do FPM transferido tem por base a arrecadação líquida do IR e do IPI do decêndio anterior.

II. A repartição do FPM considera exclusivamente o critério populacional, aumentando o valor da cota individual de cada município conforme aumentava a população.

III. A classe de municípios da Reserva abrange aqueles com população superior a 100.000 habitantes.

IV. A classe de municípios do Interior abrange aqueles que não são capitais, sendo que os da classe da Reserva também participam cumulativamente.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) II e III;
- (D) III e IV;
- (E) I, II e III.

60

Os princípios orçamentários constituem verdadeiros pilares sobre os quais devem ser conduzidas a elaboração e a execução do orçamento público. Porém, em decorrência de peculiaridades legais, existem exceções à aplicação estrita de alguns princípios orçamentários. A constituição do Fundo tratado no texto I refere-se a uma exceção ao princípio do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) não vinculação;
- (D) orçamento bruto;
- (E) universalidade.

61

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina também a sua disponibilização ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, nos prazos legais. Esse relatório deve conter informações que auxiliem os órgãos de controle no acompanhamento da gestão fiscal. Um dos anexos que compõem o RGF evidencia informações sobre:

- (A) alienação de ativos e aplicação dos recursos;
- (B) despesas previdenciárias do regime próprio de previdência dos servidores;
- (C) inscrição em restos a pagar;
- (D) parcerias público-privadas;
- (E) resultado nominal e primário.

62

Durante a execução orçamentária de um ente municipal, foram publicados decretos relativos à abertura de créditos adicionais referentes a necessidades manifestadas por algumas secretarias municipais.

Por questões de obediência aos requisitos de processamento da despesa pública, os créditos abertos não foram integralmente executados no exercício. O único crédito que poderá ser reaberto no exercício seguinte, no limite da dotação a executar, é o crédito adicional:

- (A) suplementar em favor da Secretaria de Serviços Públicos, aberto em 05/07/2014;
- (B) extraordinário em favor da Secretaria de Ação Social, aberto em 30/07/2014;
- (C) especial em favor da Secretaria de Cultura, aberto em 25/08/2014;
- (D) especial em favor da Secretaria de Obras, aberto em 20/09/2014;
- (E) suplementar em favor da Secretaria de Educação, aberto em 15/11/2014.

63

No anexo ao Balanço Patrimonial do exercício de 2014 de um ente municipal, foram apresentadas as seguintes informações, expressas em milhares de reais:

Ativo Financeiro	913.909,00
Ativo Permanente	783.359,00
Passivo Financeiro	615.582,00
Passivo Permanente	699.485,00

Sabendo-se que no exercício seguinte foram reabertos créditos adicionais no montante de 176.430,00, aos quais estava vinculada uma operação de crédito de 72.000,00, o valor líquido do superávit financeiro para fins de abertura de novos créditos adicionais, em milhares de reais, é:

- (A) 193.897,00;
- (B) 277.771,00;
- (C) 298.327,00;
- (D) 402.757,00;
- (E) 474.757,00.

64

A concepção do orçamento como um elo entre o planejamento e as funções executivas da organização está relacionada ao conceito de orçamento:

- (A) base-zero;
- (B) participativo;
- (C) programa;
- (D) por competência;
- (E) por desempenho.

65

A partir do processo de convergência às normas internacionais, novas diretrizes foram propostas para reconhecimento de elementos patrimoniais e suas variações pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com vistas a oferecer informações mais fidedignas acerca do patrimônio público.

Para apurar e evidenciar os seus reflexos no patrimônio de uma entidade pública, receitas e despesas devem ser reconhecidas por competência, respectivamente, quando:

- (A) arrecadadas e empenhadas;
- (B) arrecadadas e executadas;
- (C) empenhadas e liquidadas;
- (D) lançadas e liquidadas;
- (E) previstas e realizadas.

66

A licitação é norteadada por alguns princípios que definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento. A verificação da validade ou invalidade de atos do procedimento leva em consideração esses princípios, razão por que devem ser observados. Dentre os princípios básicos previstos expressamente na Lei nº 8.666/93, destaca-se o da:

- (A) continuidade do serviço público, segundo o qual a sociedade empresária vencedora da licitação, findo o prazo contratual, pode celebrar sucessivos termos aditivos com o poder público, independentemente do valor;
- (B) isonomia, segundo o qual todos devem receber o mesmo tratamento, sendo vedado à Administração, em igualdade de condições, como critério de desempate, assegurar a preferência aos bens e serviços produzidos no País;
- (C) economicidade, segundo o qual a Administração deve sempre optar pelo tipo de licitação de “melhor preço”, vedada a utilização de “melhor técnica”, para evitar subjetivismo na escolha do contratado;
- (D) publicidade, segundo o qual a licitação deve ser amplamente divulgada, de modo a possibilitar o conhecimento de suas regras a um maior número possível de pessoas e maior transparência ao certame;
- (E) indisponibilidade, segundo o qual os bens adquiridos por meio de licitação devem ser utilizados exclusivamente por órgãos da Administração Direta do ente federativo, independentemente de qual entidade tenha sido a licitante.

67

A Lei nº 8.666/93 dispõe que poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

- (A) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, desde que não seja parente até o segundo grau inclusive de autoridade da entidade contratante;
- (B) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- (C) os membros da comissão de licitação, desde que não sejam servidores ocupantes de cargo efetivo;
- (D) a empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente ou acionista;
- (E) o autor do projeto, básico ou executivo, na licitação de obra, como consultor, na função de fiscalização, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

68

O Município celebrou, mediante dispensa de licitação, contrato de prestação de serviços (que não são de engenharia) com determinada organização social, qualificada no âmbito da sua respectiva esfera de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. A contratação teve valor global de trezentos mil reais e está de acordo com o preço de mercado. De acordo com a Lei nº 8.666/93, em tese, a conduta do Município está:

- (A) correta, pois se trata de hipótese de dispensa de licitação expressamente prevista na lei;
- (B) correta, desde que seja feita, no prazo legal, a retificação de dispensa para inexigibilidade de licitação;
- (C) errada, pois a contratação deveria ter sido feita necessariamente na modalidade convite;
- (D) errada, pois a contratação deveria ter sido feita necessariamente na modalidade tomada de preços;
- (E) errada, pois a contratação deveria ter sido feita necessariamente na modalidade concorrência.

69

Agentes públicos municipais responsáveis por determinado procedimento licitatório, com vontade livre e consciente, dispensaram licitação fora das hipóteses previstas em lei. Assim agindo, na esfera penal, os servidores envolvidos incorreram em:

- (A) crime previsto na Lei nº 8.666/93, punível com pena de detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa;
- (B) crime de licitação previsto no Código Penal, punível com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa;
- (C) crime de corrupção ativa previsto no Código Penal, punível com pena de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa;
- (D) mera infração disciplinar, punível com pena de demissão a bem do serviço público, e multa;
- (E) mero ato de improbidade administrativa, punível com perda da função pública e ressarcimento dos danos ao erário.

70

Consoante dispõe a Lei nº 8.666/93, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- (B) para a contratação de serviços técnicos de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
- (C) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, independentemente do valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- (D) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- (E) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

71

João, ocupante do cargo efetivo municipal de contador, visando favorecer seu vizinho de longa data, valendo-se da função pública de chefe do setor, pegou o processo administrativo de seu amigo e, passando na frente de todos os outros que aguardavam ser despachados há mais tempo, providenciou o imediato andamento necessário. A conduta do servidor público no caso em tela feriu, em tese, o princípio da administração pública que, por um lado, objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica e, por outro, busca a supremacia do interesse público, e não do privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros. Trata-se do princípio informativo expresso do art. 37, *caput*, da Constituição da República, chamado princípio da:

- (A) publicidade;
- (B) razoabilidade;
- (C) eficácia;
- (D) indisponibilidade;
- (E) impessoalidade.

72

Em relação às autarquias municipais, destaca-se a seguinte característica geral:

- (A) fazem parte da administração indireta;
- (B) ostentam personalidade jurídica de direito privado;
- (C) são criadas por decreto do Prefeito;
- (D) objetivam ao lucro por desenvolverem funções de caráter econômico;
- (E) está excluído seu pessoal da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.

73

Marcelo é servidor público municipal ocupante do cargo efetivo de contador. Desejando aumentar sua renda, Marcelo resolveu estudar para outro concurso público e, ao se aprofundar na disciplina Direito Administrativo, percebeu que, havendo compatibilidade de horários:

- (A) não poderá acumular seu cargo de contador com qualquer outro cargo público remunerado;
- (B) poderá acumular seu cargo de contador com outro cargo público técnico ou científico;
- (C) poderá acumular seu cargo de contador com um cargo público de professor;
- (D) poderá acumular seu cargo de contador com um cargo público de médico;
- (E) poderá acumular seu cargo de contador com um cargo público da área de segurança pública.

74

De acordo com os ensinamentos doutrinários sobre a invalidação e revogação do ato administrativo discricionário, é correto afirmar que:

- (A) a própria Administração Pública pode revê-lo (seja revogando-o, caso inoportuno ou inconveniente, seja invalidando-o, caso ilegal), e o Poder Judiciário, em regra, somente pode invalidá-lo por vício de legalidade, mas não revogá-lo por questão de mérito administrativo;
- (B) os Poderes Judiciário e Legislativo podem invalidá-lo (por vício de legalidade) e revogá-lo (por questão de mérito administrativo, caso o ato seja considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público), pelo sistema constitucional de freios e contrapesos;
- (C) a própria Administração Pública pode revê-lo apenas mediante a invalidação, caso haja algum vício de legalidade, e o Poder Judiciário pode, em regra, revogar o ato, caso o considere inoportuno ou inconveniente ao interesse público, pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição;
- (D) tanto a própria Administração Pública quanto o Poder Judiciário podem, em regra, revê-lo, seja mediante a revogação, quando o ato for considerado inoportuno ou inconveniente, seja pela invalidação, caso seja considerado ilegal;
- (E) somente a própria Administração Pública pode, em regra, revê-lo, seja mediante a revogação, quando o ato for considerado inoportuno ou inconveniente, seja pela invalidação, caso seja considerado ilegal, e os Poderes Judiciário e Legislativo não podem se imiscuir na matéria, pelo princípio da separação de poderes.

75

Dos princípios que estão na base de toda função administrativa do Estado decorrem os chamados poderes administrativos que viabilizam às autoridades públicas fazer sobrepor a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao interesse privado.

Com base na doutrina de Direito Administrativo, dentre os poderes administrativos, destaca-se:

- (A) o discricionário, que autoriza o Poder Executivo a editar atos gerais de forma abstrata para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação visando ao interesse público;
- (B) o regulamentar, que é a prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público;
- (C) o hierárquico, que concede à Administração Pública o dever-poder de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa;
- (D) o de disciplina, que permite ao Poder Executivo elaborar regras gerais, por meio de decretos, para reger a vida em sociedade, no regular exercício da chamada função atípica legiferante;
- (E) o de polícia, que é a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.

76

Fernando conduzia seu veículo na contramão da direção e colidiu com um ônibus de sociedade empresária concessionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Inconformado com os danos materiais que sofreu, Fernando ajuizou ação pleiteando indenização, sendo certo que, no curso da instrução probatória, restou comprovada a sua culpa exclusiva. No caso em tela, o pedido feito por Fernando na ação deverá ser julgado:

- (A) procedente, porque se trata, em tese, de responsabilidade civil objetiva, na qual não há necessidade de se demonstrar o nexo causal entre a conduta e o resultado danoso;
- (B) procedente, porque se trata, em tese, de responsabilidade civil subjetiva, na qual não há necessidade de se demonstrar o elemento subjetivo do condutor do coletivo da concessionária;
- (C) improcedente, porque se trata, em tese, de responsabilidade civil subjetiva e Fernando deveria ter comprovado o elemento subjetivo do condutor do coletivo da concessionária;
- (D) improcedente, porque, apesar de se tratar, em tese, de responsabilidade civil subjetiva, Fernando não comprovou que o resultado danoso adveio de conduta ilícita do motorista do ônibus;
- (E) improcedente, porque, apesar de se tratar, em tese, de responsabilidade civil objetiva, o nexo causal foi rompido em razão da culpa exclusiva da vítima, Fernando.

77

Em tema de controle da atividade administrativa, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município (Poder Executivo), quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle:

- (A) interno do próprio Poder Executivo e, mediante controle externo, pelo Poder Judiciário Municipal com auxílio do Tribunal de Contas;
- (B) interno do Poder Legislativo e, mediante controle externo, pelo Poder Judiciário Municipal com auxílio do Tribunal de Contas;
- (C) interno do próprio Poder Executivo e, mediante controle externo, pela Câmara Municipal com auxílio do Tribunal de Contas;
- (D) externo, por meio de prestação de contas ao Estado e à União e, mediante controle interno, pela Câmara Municipal com auxílio do Tribunal de Contas;
- (E) externo, por meio de prestação de contas ao Estado e à União e, mediante controle interno, pelos Poderes Legislativo e Judiciário municipais.

78

Ronaldo, servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, recebeu vantagem econômica consistente em um veículo zero quilômetro, para fazer declaração falsa sobre medição em determinada obra pública municipal. Ronaldo agiu em conluio com os sócios da sociedade empresária contratada pelo Município e a citada fraude causou dano ao erário no valor de cem mil reais. Sob o prisma da Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- (A) apenas Ronaldo responderá por ato de improbidade administrativa, cujas sanções são aplicáveis tão somente aos agentes públicos, e o particular se limitará a responder em âmbito criminal;
- (B) apenas Ronaldo responderá por ato de improbidade administrativa, cujas sanções são aplicáveis tão somente aos agentes públicos, e o particular responderá em âmbito criminal e de responsabilidade civil;
- (C) Ronaldo e a sociedade empresária responderão por ato de improbidade administrativa e, no bojo do processo administrativo disciplinar, poderá ser decretada a indisponibilidade de bens de ambos;
- (D) Ronaldo e a sociedade empresária responderão por ato de improbidade administrativa e, no bojo do processo administrativo disciplinar, poderá ser decretada a indisponibilidade de bens apenas de Ronaldo;
- (E) Ronaldo e a sociedade empresária responderão por ato de improbidade administrativa e, somente no bojo do processo judicial, poderá ser decretada a indisponibilidade de bens de ambos.

79

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação dos bens públicos quanto à sua destinação, são exemplos de bens de uso comum do povo:

- (A) as escolas e as universidades públicas;
- (B) os aeroportos e os museus;
- (C) as praças e os logradouros públicos;
- (D) os veículos oficiais e os navios militares;
- (E) as terras devolutas e os prédios públicos desativados.

80

O art. 5º, XXV, da Constituição da República dispõe que *"no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano"*. Trata-se da modalidade de intervenção do Estado na propriedade por meio da qual o poder público utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente, conhecida como:

- (A) servidão administrativa;
- (B) requisição administrativa;
- (C) ocupação transitória;
- (D) limitação administrativa;
- (E) desapropriação temporária.

Rascunho

Rascunho

Rascunho

Rascunho

Rascunho

Realização

 **FGV PROJETOS**